



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 241ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Defesa civil. Florianópolis. COES. Modalidade à distância.

DATA: 03 de setembro de 2020

HORÁRIO: 13h15min

Membros da CIB, Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

André Motta Ribeiro (Secretário de Estado), Aldo Neto (Secretário Adjunto), Lourdes de Costa Remor (CIB), Carmem Regina Delzivo (SPS), Grace Ella Berenhauser (GECO), Ramon Tartari (SUR), Helma Finta Uba (GEPRO), Marcus Aurélio Guckert (GEARS), Raquel Ribeiro Bittencourt (SUVIS), Lucélia Scaramussa Ribas Kryckj (DVS), Hanna Karine dos Santos Jacques Barcelos (GECOS), Marli Adami Cesário Pereira (CER), Ana Rozeli Probst (GECOR), Claudete Hemkemeier dos Santos (Regional de Tubarão).

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Alexandre Fagundes (COSEMS), Manuel Rodriguez Del Olmo (COSEMS), Simone Souza (COSEMS), Edson Medeiros (COSEMS), Fábio Souza (COSEMS), Priscila Meira (COSEMS), Clemilson de Souza (COSEMS), Carlos Alberto Justo da Silva (Florianópolis), Ana Maria Groff Jansen (Consórcio CISONORDESTE), Maria Regina de Souza Soar (FECAM), Edenice Reis Silveira (Florianópolis), Maristela Bisognin Santi Rocha (Chapecó), Claiton Camargo de Souza (Meio Oeste Serra/Lages), Jean Rodrigues da Silva (Joinville), Kamile Sartori Beal (Meio Oeste), Rodrigo Andrioli (Joinville), Uiara Silva (Blumenau), Vanderlei Bati (Apoiador COSEMS), Dirceu Antônio Perondi (Apoiador COSEMS), Gidião Barros (COSEMS), Alessandra Maass (Brusque), Cátia Marcon (Apoiadora COSEMS), Crhistiane Haffermann Wille (Jaraguá do Sul), Mariana Itamaro Gonçalves (Florianópolis), Rose Mari Guarda (AMNORDESTE), Jainara Nordio (Macrorregião da Foz do Rio Itajai), Jocélio Voltolini (Macrorregional Florianópolis), Deniz Evandro da Rocha (Dionísio Cerqueira), Elisabeth Rolim Espanhol Bachmann (Jaraguá do Sul), Leslie Lia Hermes Tschöke (São Bento do Sul), Arnaldo Gonçalves Munhoz Júnior (Gaspar), Lethielle Vanessa Goulart (São Miguel do Oeste), Inês Ana Rigon Sartori (Belmonte), Miriane Sartori (Maravilha), Jeane Carla Mohr de Oliveira (Chapecó), Margarete Maria Pasetto (AMREC), Luana Debiasi Mattei de Oliveira (Orleans).

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata 240ª reunião ordinária da CIB de 06 de agosto de 2020.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 241ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, coordenada pelo Secretário de Estado da Saúde André Motta Ribeiro, teve início às 13h15min



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

com a participação dos representantes citados acima. Tiveram voz na reunião somente os representantes da CIB, confirmados no quórum. O Coordenador da CIB/SES, André Motta Ribeiro se desculpa e justifica, citando os motivos de sua ausência nas reuniões anteriores.

1 **DELIBERAÇÕES**

2 **A) RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 293/2018**

3 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, esclarece que a
4 retificação da Deliberação 293/2018 refere-se ao fluxo para a realização de
5 fístula. Que esse fluxo já era aplicado na Grande Florianópolis e agora está
6 sendo estendido para todas as regiões do estado. Retifica o art. 3º desta
7 Deliberação, estabelecendo o fluxo de agendamento descrito no Anexo I desta
8 Deliberação para todas as Regiões de Saúde do Estado de Santa Catarina e
9 alterando a nomenclatura da agenda de Fístula Simples para solicitação no
10 sistema SISREG, descrita no referido Anexo, para “**consulta em cirurgia**
11 **vascular para fístula de hemodiálise simples**”. **Código (2300230)**. O que foi
12 acordado é que, a partir de hoje, a central de regulação ambulatorial passará a
13 cuidar na Linha de Cuidado da TRS para todas as regiões para que as mesmas
14 tenham acesso a confecção de fístulas. A retificação foi aprovada com a
15 sugestão da inclusão das referências dos prestadores para a confecção de
16 fístulas simples e complexas, segundo o Coordenador da CIB/Cosems
17 Alexandre Fagundes. Marli Adami (Central de Regulação Estadual) esclarece
18 que a referência aqui na Grande Florianópolis é o Hospital Governador Celso
19 Ramos. Cita que enviará e-mail para todas as regiões para informar e
20 disponibilizar as agendas para as regiões. Maior detalhamento nesta
21 Deliberação e anexo. Aprovada.

22

23 **B) ENCONTRO DE CONTAS DAS CIRURGIAS ELETIVAS REFERENTES A MAIO DE 2020.**

24 Grace Ella Berenhauser, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta a
25 planilha com os valores. A planilha é consensuada. Essa planilha já havia sido
26 encaminhada, avaliada e corrigida com antecedência. Grace informa que esse
27 encontro de contas está disponibilizado no site com a metodologia aplicada.
28 Consensuada.

29

30 **D) PROPOSTA DA UTILIZAÇÃO E REMANEJAMENTO DA SOBRA DO RECURSO DA**
31 **CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS.**

32 Grace Ella Berenhauser, Gerente de Controle e Avaliação da SES, esclarece
33 sobre a sobra acumulada de recursos programados para as cirurgias eletivas,
34 que consta da Deliberação 182/2020 até maio de 2020 é de R\$ 22.801.659,63.
35 Grace cita que a projeção até agosto de 2020 é uma sobra acumulada de R\$
36 41.919.834,36 da Deliberação 182/2019. Cita que há um déficit no encontro de
37 contas da oncologia projetado para o período que vai até agosto de 2020 de R\$
38 6.511.567,12 e propõem em utilizar parte desse recurso dos R\$ 41.919.834,36
39 para compensar esse déficit, ficando o valor de R\$ 35.408.267,24, após dedução
40 do encontro de contas da oncologia. Grace informa ainda, que há uma sobra nos
41 Fundo Estadual e fundos municipais das portarias ministeriais do FAEC de
42 aproximadamente R\$18.177.152,21, totalizando na projeção o valor de R\$ 53.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

43 585.419,45. Grace informa que o Ministério da Saúde já comunicou através do
44 CONASS que não pagará mais aquele valor de R\$ 8.525.000,00 que havia sido
45 publicado na Portaria GM/MS nº 3.932/2019 de dezembro de 2019, para as
46 cirurgias eletivas de SC. Grace cita ainda, que o Ministério da Saúde não
47 depositou os valores correspondentes a junho de 2020, embora, Grace já tenha
48 somado esse recurso nessa projeção citada. Carmen Delziovo, Superintendente
49 de Planejamento da SES, refere que o Ministério da Saúde informou ao
50 CONASS que o recurso referente ao FAEC repassado aos estados já está
51 incluído nos R\$ 8.525.000,00, para utilização até dezembro de 2020. Que não
52 haverá mais repasse de recurso por parte do Ministério da Saúde para as
53 cirurgias eletivas. Ramon Tartari coloca que os hospitais estão motivados com o
54 retorno da Campanha de Cirurgias Eletivas, pois estruturaram os hospitais
55 devido à Covid. Neste sentido, Ramon Tartari lembra que deve ser discutida com
56 maturidade essa sobra das cirurgias eletivas. Cita que não é uma indisposição
57 da SES na pactuação do recurso, mas esse recurso será necessário de agora
58 em diante com a retomada da Campanha das Cirurgias Eletivas. Refere que na
59 Câmara Técnica poderia ser novamente discutido e devolvido, talvez, parte do
60 recurso da sobra aos municípios e parte ficaria para a Campanha. O
61 Coordenador da CIB/Cosems, Alexandre Fagundes, cita que o que foi pactuado
62 na Câmara Técnica e que deveria ser pactuado hoje. Com relação à sobra, a
63 proposta do Cosems seria ficar uma percentagem de 48% para o estado e 52%
64 para os municípios e R\$ 2.500.000,00 para a continuidade da Campanha de
65 Cirurgias Eletivas até dezembro de 2020. Grace esclarece que o que foi
66 acordado na Câmara Técnica continua acordado, que será discutido no próximo
67 item. Na planilha encaminhada aos Membros da CIB, juntamente com a Pauta e
68 os materiais, consta a proposta encaminhada pelo Cosems para a SES, para o
69 remanejamento dos recursos programados na composição do teto das cirurgias
70 eletivas e pactuados na Câmara Técnica Integrada de Gestão e Regulação.
71 Todos os itens foram discutidos e pactuados com exceção do item assinalado
72 em vermelho na própria planilha encaminhada e descrito a seguir: 1) **Saldo**
73 **Portaria MS nº 662/2020 e Portaria MS nº 1.124 de 2020: repassou Recursos**
74 **FAEC/Campanha aos Fundos de Saúde no valor de R\$ 18.77.152,21; 2) Saldos**
75 **da programação da campanha estadual (setembro 2019 a maio de 2020): R\$**
76 **22.801.659,63; 3) Saldos da programação campanha estadual (junho a agosto**
77 **de 2020): R\$ 12.606.607,61. Esses recursos (sobra em vermelho) não foram**
78 **discutidos e pactuados na Câmara Técnica e, portanto, voltarão para a reunião**
79 **da Câmara Técnica Integrada de Gestão e Regulação agendada para o dia 17**
80 **de setembro de 2020, à distância.**

81

82 **E) REMANEJAMENTO DO RECURSO PROGRAMADO PARA COMPOR O TETO DA**
83 **CAMPANHA DAS CIRURGIAS ELETIVAS DE 2020: ATUALIZAÇÃO DOS TERMOS DA ALTA**
84 **EM ONCOLOGIA, DEVOLUÇÃO AOS MUNICÍPIOS DOS RECURSOS DA OFTALMOLOGIA,**
85 **ATUALIZAÇÃO DA PPI HOSPITALAR E PROPOSTA DA CONTINUIDADE DA CAMPANHA DAS**
86 **CIRURGIAS ELETIVAS, ITENS DISCUTIDOS NA CÂMARA TÉCNICA.**

87 Em função da pandemia da Covid19, a realização das cirurgias eletivas foi
88 reduzida, acumulando recursos dessas cirurgias não realizadas no Fundo
89 Estadual de Saúde. A discussão em torno da necessidade de remanejar esses



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

90 recursos acumulados na gestão estadual vem ocorrendo desde a reunião de 28
91 de maio de 2020. Após discussão e recomendação da Câmara Técnica
92 Integrada de Gestão e Regulação, a CIB pautou o remanejamento de recursos
93 que estavam programados na composição do teto da Campanha de Cirurgias
94 Eletivas para 2020. A seguir, a pactuação do recurso com o respectivo
95 remanejamento que estava programado no teto da Campanha das cirurgias
96 Eletivas, **Aprovado pela CIB**. Foi aprovada a Revisão dos Tetos da
97 Programação Pactuada e Integrada - PPI da Assistência Hospitalar referente à
98 Média Complexidade e Alta Complexidade Demais dos Estabelecimentos
99 descritos no anexo a esta Deliberação, a partir da competência setembro de
100 2020. Os recursos para a revisão da PPI da Assistência Hospitalar foram
101 remanejados das Deliberações nºs. 182/CIB/2019 e 011/CIB/2020 no valor de R\$
102 1.416.605,18, resultado do saldo remanescente da Portaria GM/MS nº 838, de
103 28 de março de 2018. A CIB também aprovou a Revisão do Termo de
104 Compromisso de Garantia de Acesso em Assistência de Alta Complexidade em
105 Oncologia – TCGA referente aos procedimentos de Cirurgias Hospitalares,
106 Radioterapia e Quimioterapia, a partir da competência setembro de 2020. Os
107 recursos para revisão do TCGA da Oncologia foram retirados das Deliberações
108 nºs. 182/CIB/2019 e 011/CIB/2020 no valor de R\$ 800.000,00. A CIB aprovou
109 ainda o remanejamento no valor de R\$ 2.160.797,30 da gestão estadual/SES
110 para a gestão municipal dos 295 municípios do Estado referente à oftalmologia.
111 Foram incluídos no MAXPPI dois subgrupos de procedimentos: o 02.11 O
112 (método diagnóstico em especialidade – Oftalmo) e 04.05 (cirurgia
113 oftalmológica), alocando R\$ 340.104,97 em exames e R\$ 1.820.692,33 em
114 cirurgias. Esse recurso da oftalmologia devolvido aos municípios fica atrelado à
115 oftalmologia. O recurso foi retirado da Deliberação CIB 182/2019 (Cirurgias
116 Eletivas). Ficam revogados o item 13 (Plano da Oftalmologia) da Deliberação CIB
117 200/2016 e o subitem 3.2 da Deliberação CIB 180/2019, passando a vigorar o
118 Anexo II desta Deliberação. Ficou também aprovada a continuidade da
119 Campanha de Cirurgias Eletivas até dezembro de 2020 no valor mensal de R\$
120 2.500.000,00. Com relação à sobra discutida no item anterior da Ata, a proposta
121 do Cosems seria ficar uma percentagem de 48% para o estado e 52% para os
122 municípios, mas não houve pactuação. Ramon Tartari sugere que se leve a
123 discussão dessa sobra para a Câmara Técnica, até em função das informações
124 repassadas pelo Ministério da Saúde do não repasse de recurso para os estados
125 para as cirurgias eletivas. André Motta Ribeiro, Coordenador da CIB/SES, cita
126 também, que essa discussão deveria ficar para Câmara Técnica e pactuada em
127 próxima reunião de CIB para que se tenha um entendimento do comportamento
128 do movimento das cirurgias eletivas nas próximas semanas. Carlos Alberto
129 Justo, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, cita que vê essa situação
130 com tristeza e preocupação, pois parece que se está postergando sempre sem
131 tomar uma decisão. Coloca que os municípios estão precisando desse recurso.
132 Alexandre Fagundes solicita a SES que esse assunto seja realmente pactuado
133 na próxima reunião da CIB, que a SES programe esse recurso. Solicita também,
134 que a equipe técnica da SES encaminhe os materiais para as discussões na CIB
135 com mais antecedência. André Motta Ribeiro, Coordenador da CIB/SES,
136 concorda com o Coordenador da CIB/Cosems no encaminhamento dos materiais



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

137 com antecedência e cita que procurará pactuar na próxima reunião de CIB os
138 recursos da sobra de cirurgias eletivas. Grace Ella Berenhauer esclarece que já
139 havia falado na Câmara Técnica que os materiais a serem apresentados seriam
140 bastante extensos e que, talvez, atrasasse o encaminhamento dos membros ou
141 nem conseguisse prepará-los todos para esta reunião.

142

143 **F) HABILITAÇÃO DE LEITOS DE UTI TIPO II DO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS**

144 **A CIB APROVOU** a Habilitação/cadastramento de 10 leitos de UTI Adulto Tipo II
145 para o Hospital Florianópolis, localizado no município de Florianópolis/SC. Esta
146 habilitação segue as exigências da Portaria de Consolidação MS/GM nº 03, de
147 28/09/2017, origem Portaria MS/GM nº 895 de 31/03/2017, ficando condicionado
148 ao incremento de recurso financeiro no Teto Livre do Estado por conta do
149 Ministério da Saúde, impreterivelmente.

150

151 **G) REMANEJAMENTO DA ONCOLOGIA DE RIO DO SUL PARA LAGES**

152 **A CIB APROVOU** o remanejamento de Teto no valor mensal de R\$ 7.673,80
153 (sete mil, seiscentos e setenta e três reais, oitenta centavos) correspondente a
154 população de 295.201 habitantes da Região de Saúde do Alto Vale do Itajaí, da
155 Gestão Municipal de Rio do Sul para a Gestão Estadual, referente ao
156 ambulatório das especialidades cabeça e pescoço e torácica. Os recursos para
157 cirurgias, quimioterapias e radioterapias relativos à inclusão destas
158 especialidades no HMTR serão considerados nos Encontros de Contas
159 Trimestrais da Oncologia. Detalhamento nesta Deliberação.

160

161 **H) PPI – REVISÕES, AJUSTES, REMANEJAMENTOS E ALTERAÇÕES DE FLUXOS.**

162 A CIB **APROVOU** as revisões de gestão de Otacílio Costa e Lebón Regis;
163 revisão de teto, atualizando o TCGA da Oncologia/Deliberação CIB 097/2020;
164 Remanejamentos para mudança de Referência do Ambulatório da
165 Oncologia/Deliberação CIB 098/2020; Remanejamento no Plano da Oftalmologia
166 / MAXPPI 02.11 O e 04.05; Remanejamento para PPI Hospitalar. Ajustes nas
167 Cirurgias Eletivas/encontro de contas e alterações de fluxos.

168

169 **I) PRORROGAÇÃO DOS PLANOS DA VISA MUNICIPAL**

170 **A CIB APROVOU** a prorrogação da Deliberação 250/CIB/2019 em que consta o
171 Cronograma (anexo V) para Pactuação das Ações dos Planos Municipais de
172 Vigilância Sanitária para o período de 2020/2023 em mais 90 dias em cada uma
173 de suas etapas, além dos 180 dias já prorrogados, conforme Novo Cronograma
174 (quarta prorrogação). Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj, diretora de Vigilância
175 Sanitária da SES, esclarece que essa pactuação ainda será discutida na
176 Câmara Técnica de Vigilância, agendada para o dia 30 de setembro de 2020.
177 Mas que a prorrogação é necessária em função da Covid.

178

179 **J) RATIFICAÇÕES**

180 A CIB **RATIFICOU** o recebimento do documento de Indaial em que consta o
181 Termo de Recebimento de Obra de 14 de agosto de 2020, referente à
182 construção de uma Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Piratuba, Bairro



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

183 Rio Morto, Município de INDAIAL. Proposta 113554830001/14-001. Recurso
184 Federal. Recebido documento no dia da reunião da CIB.

185

186 **HOMOLOGAÇÕES**

187 – **Deliberações ad referendum:** Homologadas as Deliberações 91/CIB/2020:
188 custeio da UPA de Joinville; Renovação da Portaria nº 2.279 de 8 de setembro
189 de 2017. 92/CIB/2020: Atualização dos leitos Clínicos e de UTI adulto e
190 pediátrico para atendimento Covid19 em Santa Catarina. Em anexo a Planilha
191 com a especificação dos leitos atualizados em 14/08/2020. 93/CIB/2020:
192 Atualização dos leitos Clínicos e de UTI adulto e pediátrico para atendimento
193 Covid19 em Santa Catarina. Em anexo a Planilha com a especificação dos leitos
194 atualizados em 18/08/2020. 94/CIB/2020: transplantes de pele no Hospital
195 universitário.

196

197 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

198 – **TRS: Terapia Renal Substitutiva.**

199 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, inicia, passando a
200 palavra para o Coordenador da CIB/Cosems e Presidente do Cosems,
201 Alexandre Fagundes para apresentar as suas considerações. Alexandre
202 Fagundes informa que o repasse de recurso como complemento para as
203 Clínicas de Diálise não foi pactuado com os municípios. Os municípios
204 entendem, segundo o Coordenador da CIB/Cosems, que o custeio não deva ser
205 feito pelos municípios por ser alta complexidade e, prioritariamente, por
206 insuficiência de amparo legal. Também coloca que os prestadores de serviços
207 seriam pagos por municípios sede do serviço e que esses teriam que custear o
208 serviço de outros municípios. Alexandre Fagundes cita ainda, que os municípios
209 possuem 22 clínicas e o estado 11 clínicas. Os municípios não se opõem ao
210 repasse do recurso, mas o que mais aflige os municípios refere-se a parte legal.
211 André Motta Ribeiro. Coordenador da CIB/SES e Secretário de Estado da Saúde
212 refere que, segundo a representante da FECAM Maria Regina de Souza Soar,
213 alguns municípios já estariam encaminhando acordo aos contratos com os
214 prestadores (Blumenau, Joinville, Brusque) para o repasse. Maria Regina de
215 Souza Soar cita que obteve conhecimento de que Blumenau, Joinville e Brusque
216 estariam trabalhando para o repasse. Manuel Del Olmo, Secretário Municipal de
217 São Bento do Sul, cita que seus advogados ainda não encontraram uma forma
218 legal para o repasse para as Clínicas de TRS. E cita ainda, que o repasse
219 somente para as Clínicas de Diálise criará problemas com os gestores frente a
220 outros prestadores de serviços. Pelo conhecimento que obteve na reunião prévia
221 da CIB, não houve pactuação de Joinville e Blumenau com clínicas de diálises
222 para o repasse. Menciona que não vê como fazer isso. Sugere ao estado unificar
223 a todos os municípios para que todos utilizassem os mesmos critérios e mesmos
224 fundamentos. André Motta Ribeiro refere que a doença Covid impacta muito na
225 disfunção renal o que fez aumentar os custos das clínicas renais, sendo que a
226 proposta seria fazer um aporte de recurso até dezembro de 2020, com aditivo
227 aos contratos, com carimbo Covid, de forma emergencial por 06 meses. Já
228 houve uma discussão jurídica dentro da SES. Hanna Barcelos, Gerente de
229 Contratualização da SES, esclarece que a SES não tratou o repasse da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

230 proposta como complementação, incentivo ou subvenção, o que se está
231 discutindo é uma forma de reequilíbrio financeiro mediante necessidade em
232 função da Covid19. Hanna informa que solicitaram as notas fiscais as clínicas
233 dos gastos, anterior a pandemia e durante a pandemia, mostrando que houve
234 um acréscimo nos custos significativo. Que esses gastos podem ser
235 comprovados também pelos municípios. A proposta seria o valor de R\$ 61,00
236 p/sessão de hemodiálise, valor baseado na Portaria MS de 2014. Essa Portaria
237 já foi extinta, mas ela tinha uma fundamentação. Hanna cita que há
238 procedimentos na tabela SUS da TRS que está sem reajuste de 2008. Essa é a
239 fundamentação para o reequilíbrio financeiro das clínicas, não se falou em
240 complementação. Outra fundamentação é a solicitação do Ministério Público que
241 interveio para o pagamento dessas clínicas. Alexandre Fagundes sugere que a
242 SES monte um parecer ou uma recomendação para todos os municípios para
243 que todos mesmos possam utilizar mesmos fundamentos e critérios e com uma
244 atuação uniforme no estado a respeito desse assunto. Alexandre Fagundes
245 questiona quais recursos seriam utilizados para esse aporte a esse reequilíbrio,
246 pois os municípios entendem que não seriam eles que teriam que aportar esses
247 recursos para as clínicas, considerando que são serviços de alta complexidade.
248 Maristela Bisognin Santi, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, coloca que
249 o maior impedimento para o repasse é a parte legal, um instrumento legal,
250 mesmo que seja repasse de recurso Covid. Coloca ainda que, se a fala da SES
251 compor um parecer norteador, que há possibilidade de realizar esse repasse
252 Covid à clínica de TRS, pelo menos, ela está aguardando essa posição da CIB e
253 da SES para fazer esse repasse em Chapecó, pois lá há intervenção do
254 Ministério Público também. Maristela Bisognin Santi ressalta que a questão não
255 é não querer fazer, mas como fazer. Hanna fala sobre a minuta para o aditivo ao
256 contrato. Cita que o repasse para o reequilíbrio será mediante produção. Enfim,
257 Hanna faz a leitura da minuta. Hanna se dispõe a elaborar essa minuta e
258 encaminhar para os municípios, da mesma forma como o estado estaria fazendo
259 com o recurso Covid, para pagamento até até 31 de dezembro de 2020. André
260 Motta Ribeiro, Coordenador da CIB/SES, menciona que encaminharão uma
261 minuta para os municípios por meio da Gerência de Contratualização da SES
262 para solucionar esse problema de forma emergencial com apoio jurídico, mas,
263 ressalta que é necessário encontrar uma solução definitiva para a TRS, para
264 resolver o pré-dialítico que já vem sendo solicitado há tempo pelas clínicas.
265 Refere ainda que esse apontamento está sendo solicitado pelo Ministério
266 Público e que a questão jurídica do ponto de vista legal, foi discutida
267 internamente na SES. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Saúde de
268 Florianópolis, cita lembrando que os municípios não pactuariam esses recursos
269 para as clínicas de TRS, que todos apresentam déficit orçamentário sério para o
270 próximo ano. Os municípios também estão com déficit orçamentário, não
271 somente as clínicas. “E agora já estamos aqui pactuando, quando havíamos
272 ditos que não pactuaríamos”. Cita ainda como explicará ao seu Conselho
273 Municipal de Saúde que repassará somente recurso para a TRS, se outros
274 serviços também apresentam demanda. André Motta Ribeiro cita mais uma vez
275 que é um recurso Covid e uma questão pontual, de impacto na saúde, de acordo
276 coma PTMS 1.666/2020. Cita que recursos Covid foram repassados para o



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

277 estado tanto quanto para os municípios. Lembra que Florianópolis é Município
278 Pleno e recebe recurso direto do Ministério da Saúde. Entende que existem
279 outras necessidades de saúde, mas que o assunto pontual discutido é a
280 hemodiálise e sugere que os municípios façam aditivo aos seus contratos de
281 forma legal, jurídica e como os mesmos valores. O Coordenador da
282 CIB/Cosems, Alexandre Fagundes, coloca que na reunião prévia da CIB, o
283 entendimento dos municípios é de que esse pagamento seria de
284 responsabilidade do estado, que os municípios não arcaiam com essa despesa.
285 Maristela Bisognin Santi, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, concorda
286 que a responsabilidade não é do município, mas em sua região está com
287 intervenção do Ministério Público e não encontra uma forma legal para realizar
288 esse repasse. Pensa que o Ministério Público irá questionar como o estado
289 consegue repassar e o município não. Se não é possível, será questionada
290 como o estado repassará. Claiton Camargo, Secretário Municipal de Saúde de
291 Lages questiona qual recurso o estado estaria utilizando para esse repasse. E
292 como Lages, se for realizar o repasse, fará para outros municípios com recursos
293 do Município de Lages e sem pactuação. André Motta Ribeiro, Coordenador da
294 CIB/SES, lembra que o recurso é carimbado Covid. Hanna informa que solicitou
295 ao jurídico da SES um parecer sobre repasse entre os municípios. Hanna
296 ressalta que o recurso não é para ser utilizado para paciente exclusivo Covid da
297 Clínica de TRS, o pagamento será mediante produção. Manuel Del Olmo
298 acredita que todos os prestadores solicitarão aos municípios também,
299 pagamento para reequilíbrio financeiro. André Motta Ribeiro reforça que paciente
300 Covid que não for dialisado, necessitando de hemodiálise, morrerá. Alexandre
301 Fagundes coloca por fim, que os municípios não apresentam consenso para a
302 pactuação. André Motta Ribeiro conclui a reunião e coloca que, para a próxima
303 reunião fica a sobra de recurso das cirurgias eletivas para serem pactuadas.
304 Que o momento é difícil, mas que nenhum catarinense foi a óbito por falta de
305 acesso aos serviços de saúde. Que o estado está muito bem posicionado com
306 relação às estatísticas Covid. Parabeniza os municípios nesse enfrentamento,
307 por estarem todos conseguindo passar por esse momento. Agradece o
308 envolvimento de todos, dos municípios, dos hospitais, enfim, todos que estão
309 trabalhando no enfrentamento da pandemia. Cita ainda, que graça a uma rede
310 qualificada de saúde, o estado está conseguindo enfrentar a Covid. NÃO
311 HOUVE CONSENSO PARA O REPASSE DE RECURSO PARA AS CLÍNICAS
312 DE DIÁLISE.

313

314 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
315 assinada por mim e pelos Coordenadores.

316

317

Florianópolis, 03 de setembro de 2020.

318

319